

No Senado, otimismo presente nas três análises sobre legislatura

O Presidente do Congresso, Senador Magalhães Pinto e os Líderes Petrônio Portella, da Maioria, e Franco Montoro, da Oposição, mostraram-se otimistas, ontem, ao discursarem no encerramento do ano legislativo.

Magalhães Pinto disse que o Senado inaugurou nova fase na atividade parlamentar.

Petrônio Portella observou que o sistema representativo não encontrou os caminhos da convivência sistemática com a segurança do Estado.

Franco Montoro sustentou que o Senado se firmou como o grande fórum de debates dos problemas institucionais do País.

Portella: destino democrático

Em seu discurso durante a sessão de encerramento do ano legislativo no Senado, o líder do governo, senador Petrônio Portella, fez uma análise do regime brasileiro afirmando que por duas vezes, nestes onze anos, a Revolução tentou institucionalizar-se, fiel ao seu destino democrático.

— A compreensão de muitos juntos à contestação de alguns para negá-la e o movimento buscou sua força para sobreviver — afirmou, acrescentando que as práticas democráticas não foram, porém, banidas, porque vivemos sob o império da lei e as normas de exceção se cingem à defesa do Estado e existirão, enquanto necessárias.

Em seu retrospecto das atividades legislativas, o senador Petrônio Portella disse que ele não devia ser o simples atos mais ou menos formal de fria avaliação de dados e números, mas oportunidade de meditação a que não falte a autocrítica que corrige e aperfeiçoa.

— Somos uma instituição que tem contra si a pressa de um mundo em disparada pela renovação. A ignorância dos que nos desconhecem ou conhecem mal, que é a forma mais qualificada de ignorância, pois carregada do negativo — os preconceitos; o ódio dos que, fanáticos, não creem na valia do diálogo dele prescindem e não querem a conciliação que é o encontro de vontades divergentes mas pacificadas; o desprezo dos que, donos da verdade, já escolheram os caminhos para eles e para todos; a impostura dos que ostentam enganosas fórmulas, que não abrangem e contemplam os valores do homem; a indiferença da sociedade, perplexa e confusa, abalada pela descrença, tensa pela instabilidade, exigente pelos muitos estímulos da máquina da comunicação.

Continuando, disse que o Legislativo é o poder cuja posição entre os poderes ilustra e define os equívocos, os descaminhos, as deturpações e os desacertos que obstam, perturbam e paralisam a vida de cada país. "Um poder que reflete a identidade de ou a colisão entre o poder e os cidadãos. Expressa os anseios do povo, o desempenho do Estado, os rumos da nação."

— Somos um poder — continuou — que pode pelo que somos, pelo que a sociedade admite que sejamos. Suas deficiências vêm de nós e do pouco alcance que tenham nossas atribuições constitucionais. Nossa força está em nós e na lei de onde emana nossa autoridade.

Segundo o líder do governo, a classe política se valoriza honrando a lei e dignificando a instituição que deve ser a expressão mais fiel das forças atuantes da Nação. "Constituímos um poder símbolo da vida democrática. Se humilhados, a nota negativa nos transcede. Outras valores estarão em crise. A ameaça não se cingirá a nós. Tutela que não a delei, interesses que não os do povo avançam contra a nação."

CAMINHOS

O sistema representativo não encontrou os caminhos da convivência sistemática com a segurança do Estado e, por isso, o regime democrático admite a liberdade como arma contra sua sobrevivência.

Se o sistema político aberto e liberal não tem como acionar a máquina de defesa contra a guerra revolucionária, os órgãos especializados de segurança o fazem num processo substitutivo que necessariamente gera distorções.

O aparelho estatal tão versátil em atender às imposições de origem econômica é vacilante no disciplinar fenômenos estritamente políticos.

Ante realidade tão gritante, registram-se influências das Forças Armadas, no plano das opções políticas.

Em países desenvolvidos, onde os comunistas aceitam, enquanto oposição, o jogo democrático, o regime é mantido graças à resistência das Forças Armadas.

Entregues os rumos de ações a teorias políticas discutíveis à ação de faltas democratas e algumas delas já estarão sob o domínio do partido único.

A Força Militar ganha dimensões políticas que não de pesar na formulação doutrinária do Estado Moderno. O que o poder representativo se revela incapaz de evitar vem sendo contido pela presença atuante das Forças Armadas.

E aduziu:

No nosso regime temos disposição excepcional, mas transitório. Por duas vezes, nestes onze anos, a Revolução tentou institucionalizar-se fiel ao seu destino democrático. A incompreensão de muitos juntou-se à contestação de alguns para negá-la e o movimento buscou sua força para sobreviver.

As práticas democráticas não foram banidas. Vivemos sob o império da lei. As normas de exceção se cingem à defesa do Estado e existirão, enquanto necessárias.

No decorrer destes anos, grandes mudanças se operaram, no plano externo, com profundos reflexos na política interna. Alguns fatores que originaram o movimento de 1964 cessaram, outros surgiram, determinando a manutenção de dispositivos necessários à paz e ao desenvolvimento.

Se os adversários do governo, em plena militância, nada têm a temer, garantidos que são pela lei, pois sob sua égide atuam, muito menos os brasileiros que se entregam, em todos os setores e regiões, ao produtivo labor cotidiano.

ESTADO

Nos trechos seguintes do seu discurso, o senador Petrônio Portella fez uma análise do regime liberal e de como surgiu o Estado de Direito, para acentuar que numa política humanística, não pode postergar os desvios e os excessos do poder.

— Os países mais envolvidos criam sistema de informações e segurança que protege o homem em sua liberdade total. Ao invés do aprofundado dos problemas de segurança para as várias providências acauteladoras, alguns políticos preferem cuidar dos assuntos que afloram à superfície e vêem-se às consequências e subestimam-se as causas. O sistema representativo não encontrou os caminhos da convivência sistemática com a segurança do Estado e, por isso, o regime democrático admite a liberdade como arma contra a sua sobrevivência. Ante realidade tão gritante, registram-se influências das Forças Armadas, no plano das opções políticas.

Montoro: direitos humanos

O líder da Oposição, senador Franco Montoro, ofereceu um balanço do ano legislativo na sessão de encerramento, ressaltando que entre as iniciativas no campo político devia ser destacada a proposta de modificação da estrutura e funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, "infelizmente não aprovada pela casa".

Disse o senador Montoro que foi no exercício de sua função representativa da opinião pública que o Senado se afirmou em 1975 como o grande fórum de debates dos problemas institucionais do país, com discussões de significação histórica para o encaminhamento do processo da nossa normalização constitucional.

— Vozes da Oposição e da Maioria aqui se fizeram ouvir, sempre com elevação, respeito e espírito público, propostas concretas foram formuladas para que o Senado, desempenhando a missão histórica de encaminhar a solução dos nossos problemas institucionais.

Disse o senador Montoro que o Senado cumpriu também a sua função fiscalizadora no campo político, "especialmente na defesa dos direitos e garantias constitucionais, com objetividade e espírito público, tendo sido denunciadas todas as violações de direitos humanos que chegaram ao nosso conhecimento e podemos testemunhar a disposição das maiores autoridades do país para por fim a tais excessos praticados em diferentes estados, com violação dos preceitos constitucionais e declaração universal dos direitos humanos".

No plano econômico-financeiro e particularmente na elaboração da Lei de Meios, o senador Montoro ressaltou o

movimento para uma maior participação parlamentar na elaboração do orçamento, a fim de que ele corresponda aos anseios nacionais e às necessidades do povo.

Outro ponto alto de debate destacado pelo líder da Oposição foi o papel exercido pelo Senado em sua função representativa da opinião pública no tocante aos problemas político-econômicos: política nacional de energia, quando a Oposição se manifestou contra a adoção dos contratos de risco na exploração do petróleo; e no campo da energia nuclear, quando se assistiu à adoção de uma política preocupada com o desenvolvimento de uma tecnologia nacional neste setor.

Depois de afirmar que o MDB se propôs este ano a acompanhar o desenvolvimento do II PND, o senador Montoro destacou as teses sustentadas pela Oposição no tocante aos problemas sociais, quando defendeu a complementação do nosso crescimento econômico com uma correção da injusta distribuição da renda.

No plano social, o MDB vem apresentando o grave desvio da má distribuição da renda nacional. A diferença entre o maior e menor salários pagos pela Nação constitui exemplo significativo. Na Argentina essa diferença é hoje de 8 vezes, na Inglaterra 12, no Brasil uma lei de 1962 estabelecia esse limite em 18 vezes.

Qual é hoje essa diferença? Os atuais diretores executivos das grandes empresas estatais recebem aproximadamente 200 vezes o salário mínimo!

Essa é, aliás, a remuneração habitual dos executivos nas grandes empresas particulares. Essa remuneração é normal. O injusto e grave é que outros recebem 200 vezes menos, sustentou Franco Montoro.



Geisel recebe cumprimentos

O Presidente Ernesto Geisel recebeu, ontem à tarde, 104 parlamentares no Palácio do Planalto, que foram apresentar cumprimentos ao Chefe do Governo, tendo em vista o encerramento do ano legislativo. Geisel apertou a mão de um por um dos deputados e senadores, e, com cada um, palestrou brevemente, em cerimônia que durou cerca de vinte minutos. Em seguida ofereceu um coquetel aos presentes, findo o qual deixou o local dirigindo-se para o Palácio da Alvorada. Na foto, o Chefe da Nação quando conversava com o Presidente da Arena, Deputado Francolino Pereira, vendo-se à direita o Presidente da Câmara, Célio Borja e, ao fundo os representantes do MDB e Arena, aguardando o momento de se despedir de Geisel.

Magalhães: apesar da realidade

Ao encerrar o ano legislativo, ontem, o presidente do Senado Federal, senador Magalhães Pinto, afirmou que, apesar da realidade institucional, "que por vezes nos delimita o campo de ação", a atuação da Casa foi marcante por que aos legisladores coube oferecer ao processo de desenvolvimento político contribuições à grande tarefa de reorganização da democracia nacional.

Disse o senador Magalhães Pinto que a sessão legislativa de 1975 estabeleceu o marco de uma nova fase na atividade parlamentar, com o reacendimento dos debates, por vezes acalorados mas sempre de alto nível, sobre os problemas que afligem a Nação e que necessitam de mais urgente equacionamento.

Lembrando o início da sessão legislativa, a 1º de março, quando assinalou em seu discurso de posse que "o dever do parlamentar envolvia além da fidelidade às aspirações dos que nos elegeram e aos Estados que nos confiaram a defesa dos seus interesses federativos e também a participação nos atos do governo", o senador Magalhães Pinto afirmou que o Senado não foi voz a clamar no deserto.

— Além das leis de sua iniciativa, outras normas legais ou providências governamentais tiveram sua inspiração nesta Casa. No plenário, como nas comissões, o ritmo de trabalho foi intenso. Enquanto no primeiro, as questões, mesmo administrativas, eram analisadas sob o ângulo político — pois é a política que humaniza as leis — nas segundas eram estudadas sob o aspecto técnico-jurídico, provando o Senado que a técnica e a política não são alérgicas entre si, mas duas linhas que confluem no ângulo agudo do bem comum.

Lembrando ainda os debates sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha, o senador Magalhães Pinto disse que se dava desta que ao problema energético é porque ele avultou de tal modo e se ramificou em tantas conotações internas e externas que os planos de desenvolvimento econômico, social e político tiveram de padecer alterações mais ou menos profundas.

Entre as vitórias obtidas, o senador Magalhães Pinto citou a do lançamento da idéia, no Senado, da Portobrás, tornada realidade nesta sessão legislativa. "Foi nesta casa, também, que se revelou a necessidade, finalmente reconhecida pelo Executivo, de se regulamentar o endividamento dos Estados e dos municípios. Através de projetos, por vezes rejeitados em virtude das limitações legisladoras do Congresso Nacional esta belezada pela Constituição, o Governo se viu inspirado a adotá-los".

Referindo-se a seu cargo como presidente da mesa, o senador Magalhães Pinto disse acreditar não ter faltado ao seu compromisso: "dialoguei com a maioria, dialoguei com a minoria. Maioria e minoria entenderam, felizmente, a minha linguagem. Por isso sou grato ao senador Petrônio Portella e igualmente agradecido ao líder da Oposição, senador Franco Montoro, aguerrido mas prudente, que soube manter suas hostes numa linha de luta firme mas leal".

Concluindo, Magalhães Pinto assinalou: "O Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel traçou, não faz muito tempo, o perfil da crise que o País atravessa. Não vai ser fácil, mas é preciso vencê-la. Nós estamos no seu centro. No Brasil, as crises econômicas sempre geraram crises políticas. Permitam-me Vossas Excelências que volte a recordar palavras que aqui pronunciei no dia em que fui eleito Presidente da Casa. É para nós um privilégio viver neste tempo, empenhados na luta por preservar, em nosso País, dignidade e paz para o homem. Com firmeza que não acabe em intolerância. Com aquela sabedoria que consiste não em resolver problemas, mas evitar que eles se formem".

Estou convicto de que lutamos essa luta. Se não pudemos evitar todas as crises, pelo menos procuramos amortecer sua intensidade. Vivemos uma realidade institucional - cujo fim todos almejamos mas do qual não somos juizes - que, por vezes, nos delimita o campo de ação e tolhe, em consequência, nossos movimentos.

Se não conseguimos o desejável, realizamos o possível.